

# RESILIÊNCIA URBANA NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS MODERNOS

LARISSA CESAR MELO\*

**Resumo:** A evolução das cidades na esfera ambiental faz com que a necessidade de reabilitar os espaços urbanos existentes seja cada vez mais manifesta. A busca pela sustentabilidade necessária a esse desenvolvimento propicia o surgimento de cidades autossuficientes, ou seja, resilientes. Objetiva-se promover a reflexão, com base na análise do Residencial Várzea do Carmo – SP, relativamente à morfologia dos conjuntos habitacionais modernos, identificar quais princípios podem ser classificados como pontos-base para o desenvolvimento da resiliência urbana. Com essa discussão sobre a apropriação dos ideais do movimento moderno, a morfologia e a sustentabilidade dos blocos de habitação social, chegar-se-á a conclusões sobre resiliência, gestão e preservação do espírito do lugar no patrimônio urbano.

**Palavras-chave:** Resiliência urbana; Habitação social; *Genius loci*; Movimento Moderno.

**Abstract:** The evolution of cities's environmental sphere makes the need to rehabilitate the existing urban spaces increasingly clear. The search for the sustainability required for this development enables the advent of self-sufficient cities, in other words, resilient.

The main goal is to promote reflection, based on the analysis of the Residential Várzea do Carmo – SP, in relation to the morphology of modern housing and identify which principles can be classified as ground rules for the development of urban resilience. With this discussion on the appropriation of the modern movement's ideals, the morphology and the sustainability of social housing, there will be taken conclusions about resilience, management and preservation of the spirit of place in the urban heritage.

**Keywords:** Urban resilience; Social habitation; *Genius loci*; Modern Movement.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo surge com o intuito de relacionar princípios modernos, integrados à morfologia, com o conceito de resiliência urbana (adaptabilidade e autos-

---

\* CERIS/ IST-UL. [larissa.csar@gmail.com](mailto:larissa.csar@gmail.com).

suficiência), objetivando promover a reflexão crítica a respeito das formas urbanas existentes no contexto dos conjuntos habitacionais modernos de interesse social.

O crescimento das cidades, sua transformação em megalópoles e as consequências dessa “evolução” nas mudanças climáticas, desastres ambientais e impactos socioeconômicos, há muito tempo vem chamando atenção para a necessidade de reabilitar os espaços urbanos existentes.

Essa necessidade pode ser percebida a partir de 1990 com o surgimento do ICLEI (Local Governments for Sustainability)<sup>1</sup>, em 2006, com o movimento “Cidades em Transição”<sup>2</sup>, e com a publicação de documento da ONU-Habitat<sup>3</sup>, em 2009<sup>4</sup>.

Segundo o ICLEI, é importante que a abordagem de resiliência dentro da estrutura urbana comece de baixo para cima, pois desta forma se garante que as demandas da comunidade sejam atendidas<sup>5</sup>. Entendemos isso como a construção da cidade a partir da morada, e tendo em vista que a habitação foi o ponto central do pensamento do movimento moderno, considera-se importante a identificação de princípios por meio da análise da morfologia urbana dos conjuntos habitacionais desse período que possam servir como base para o desenvolvimento da urbe resiliente.

Muitos<sup>6</sup> reconhecem alguns desses conjuntos como espaços de qualidade. A par disso, existem estudos pontuais<sup>7</sup> de reabilitação. Porém, este artigo investiga a possibilidade de se identificar diretamente quais princípios modernos aplicados no planejamento da forma urbana dos conjuntos habitacionais podem ser classificados como pontos-base de resiliência urbana ou mesmo para o seu desenvolvimento. Parte-se da hipótese de que a morfologia urbana seja o princípio para a construção de comunidades resilientes e que os conjuntos habitacionais modernos possuem uma forma favorável a tal adaptação sem que sua identidade seja alterada, garantindo assim a conservação do patrimônio moderno.

Convém esclarecer que o artigo não intenta promover um retorno às formas de produção modernas, mas buscar uma releitura ao seu legado e investigar a multifuncionalidade dos seus espaços, dentre outros princípios organizacionais dessa morfologia urbana.

---

<sup>1</sup> Associação mundial de cidades que visa torná-las resilientes através de políticas públicas junto ao governo.

<sup>2</sup> Na Inglaterra, o pensamento tem se voltado para o desenvolvimento de cidades resilientes com ações diretas na comunidade.

<sup>3</sup> Sobre orientações políticas para o planejamento de cidades sustentáveis.

<sup>4</sup> ARAÚJO & ANDRADE, 2014.

<sup>5</sup> ICLEI, 2011.

<sup>6</sup> BONDUKI & KOURY, 2010; CARVALHO, 2013.

<sup>7</sup> MOREIRA & NASLAVSKY, 2007; COELHO, 2007.

Para investigar essa relação, primeiramente será estabelecido o conceito de resiliência e, com base no posicionamento de outros autores, quais os princípios que identificamos como resilientes *a priori*. Em seguida, apresentaremos um estudo de caso onde esses princípios estão presentes na forma urbana e de que forma eles possibilitam uma reabilitação desses ambientes.

O termo cidade resiliente tem sido notoriamente utilizado nos campos da segurança pública, meio ambiente e governança<sup>8</sup>, porém, é entendido também como a capacidade de uma cidade absorver perturbações, mantendo seu funcionamento normal, sem entrar em colapso<sup>9</sup>. Ou seja, a capacidade de um sistema continuar funcionando mesmo que uma parte sua seja danificada e a superação da situação de crise se dê sem que a sua função principal se perca.

Marat-Mendes defende a resiliência como uma das propriedades possíveis da forma urbana, e importante ferramenta de avaliação desta. Acredita que se a mesma demonstrar capacidade de assumir variadas funções ou significados, de ser utilizada e apropriada de distintas maneiras, mas mesmo assim não deixar de dar seguimento aos princípios estruturais que estiveram em sua origem, estamos perante uma forma urbana que responde ao princípio da resiliência<sup>10</sup>.

Além disso, para o ICLEI, o nível de resiliência nas cidades depende da qualidade e desempenho do sistema urbano como um todo, não somente na adaptação de simples elementos de infraestrutura de acordo com as mudanças climáticas<sup>11</sup>.

A partir das ideias do ICLEI e de Marat-Mendes, é possível relacionar também o termo sustentabilidade aos conceitos de adaptabilidade e flexibilidade, na medida em que estes geram autossuficiência, ou seja, resiliência.

Tendo isso em mente, propomos uma reflexão crítica sobre o comportamento da forma urbana em termos de resiliência, entendendo esta como uma “propriedade” que serve de ferramenta de avaliação da urbe.

O movimento moderno representa para o estudo da morfologia urbana o ponto de ruptura com a cidade tradicional, o fim do quarteirão e o início de uma nova forma urbana onde os edifícios não são mais orientados pela rua, nem pelo lote.

Porém, devido à grande demanda e à simplificação dos problemas, ocorre a banalização dos ideais do movimento, visando apenas aspectos econômicos e operacionais.

Nesse contexto, interessantes princípios modernos, como o da unidade de vizinhança, foram deixados de lado.

---

<sup>8</sup> JONG, 2015.

<sup>9</sup> IPCC, 2007.

<sup>10</sup> MARAT-MENDES, 2015: 134.

<sup>11</sup> *Loc. cit.*

Os princípios morfológicos modernos a que se propõe relacionar com resiliência urbana são: a apropriação coletiva do solo, a unidade de vizinhança, a alta densidade e baixa taxa de ocupação do solo e a implantação dos edifícios visando a melhor insolação.

De acordo com Lamas, a ideia da unidade de vizinhança é de extrema singeleza. Constatando que as relações sociais entre os vizinhos tendiam a desaparecer nas novas urbanizações e grandes metrópoles, o conceito propunha recriá-las através da planificação urbana, dispondo equipamentos e serviços de modo que a população estabelecesse espontaneamente relações sociais e comunitárias<sup>12</sup>.

Ferrari e Negrelos acreditam que a unidade de vizinhança está ligada à ideia de promover a autossuficiência do bairro<sup>13</sup>. Entendemos que essa é geradora de autonomia ao conjunto habitacional, atendendo às necessidades básicas dos moradores com o fornecimento de bens e serviços, os quais, estando situados em distâncias caminháveis, proporcionam, ainda, o encontro entre as pessoas.

A promoção da circulação e o estabelecimento de fluxos são trabalhados atualmente como diretrizes na reconquista dos espaços públicos por arquitetos humanistas como Jan Gehl<sup>14</sup>, que trata a respeito dos tipos das atividades exteriores e como elas se desenrolam. Nesse âmbito, a unidade de vizinhança poderia ser considerada um motor para o desenvolvimento das atividades consideradas por ele como necessárias, na medida em que também servem como base para o desenvolvimento de atividades mais completas.

Outro princípio a ser analisado trata da orientação dos edifícios de forma independente da rua e da estrutura urbana, porém com relação à orientação solar.

A implantação dos edifícios de acordo com o melhor aproveitamento do sol era, para Le Corbusier, o novo e mais imperioso dever do arquiteto<sup>15</sup>. Esse representa um dos princípios básicos introduzido pelos arquitetos modernos, com o intuito de melhorar a salubridade das habitações. Hoje, é próprio ao projeto o pensamento na insolação de um edifício com o fim de reduzir os gastos energéticos.

Por sua vez, o princípio da alta densidade, através da estruturação da habitação em blocos unitários verticais é defendido por Medrano como uma solução ideal, por sua capacidade de poupar o uso do solo, permitir a criação de áreas verdes e adequar-se às demandas urbanísticas e orçamentárias, propiciando a redução dos processos de produção e de gastos com infraestrutura<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> LAMAS, 1992: 317.

<sup>13</sup> FERRARI & NEGRELOS, 2013.

<sup>14</sup> GEHL, 2009.

<sup>15</sup> CORBUSIER, [1941].

<sup>16</sup> MEDRANO, 2005.

As áreas verdes, por serem espaços multifuncionais, assumem um papel muito importante na construção de comunidades resilientes. Funcionam como zonas de infiltração do solo, além de servir como espaços de lazer para os habitantes e para criação de hortas urbanas sem que se perca a sua estrutura principal.

A apropriação coletiva do solo, promovida dentro do movimento moderno pela eliminação do lote e também pelo uso dos pilotis, surgiu não só como uma forma de dispor os edifícios isolados no terreno e dar aos habitantes um máximo de solo livre, assumiu um lugar conceptual e político relacionado com as ideologias sociais democráticas e seu entendimento da cidade<sup>17</sup>.

Essa apropriação coletiva do solo proporcionou liberdade de implantação no terreno. Com o solo livre do parcelamento, permitiu que as formas dos edifícios e sua orientação sejam pensadas mais livremente com relação ao seu papel energético e sua relação com o local.

Os pilotis, resultantes ainda desse processo, funcionam como espaços de encontro entre os habitantes de um mesmo edifício, atuam como espaços de trocas entre vizinhos e de brincadeiras entre as crianças, podendo ser percebidos como praças em escala reduzida. De acordo com pesquisas de campo ilustrativas dos diferentes tipos de utilização encontrados nos pilotis, este elemento possibilita resgatar os atributos sociais das ruas<sup>18</sup>.

Goitia defendia a ideia da existência de um espírito da cidade associado ao local<sup>19</sup> e, assim como Lamas, acredita que, mesmo que modelos idênticos sejam inseridos em sítios distintos, o espírito do lugar se fará presente conferindo uma identidade própria a cada um<sup>20</sup>. Sendo assim não é possível separar a forma urbana do suporte geográfico a que ela se insere, ou seja, do espírito do lugar.

O papel geográfico para enfrentar a questão do urbanismo foi ressaltado na Carta de Atenas, na qual foi enfatizada a importância de se harmonizar a atuação do arquiteto à região<sup>21</sup>. Porém, a urbanística operacional não respeitou essa harmonização entre o sítio e a implantação do edifício.

Todavia, o espírito do lugar é inerente ao sítio, à cidade e também aos conjuntos habitacionais. A requalificação desses ambientes possibilitaria a sua reconquista pelos seus habitantes, gerando maior identidade entre eles e o espaço que habitam.

A hipótese é que a morfologia dos conjuntos modernos possuem princípios que suportam as adaptações necessárias para a transformação em ambientes de maior qualidade e sustentabilidade, dotando-os, portanto, de resiliência. Esses

---

<sup>17</sup> LAMAS, 1992: 306.

<sup>18</sup> OLIVEIRA, 2014.

<sup>19</sup> GOITIA, 1996.

<sup>20</sup> GOITIA, 1996.

<sup>21</sup> CORBUSIER, [1941]: 26.

pontos-base, que determinam sua configuração, complexidade e arranjos espaciais, parecem determinar flexibilidade e adaptabilidade, e possuem qualidades sustentáveis a serem entendidas.

Tendo em vista o que foi explicitado, apresentaremos estudo de caso, marcando como os princípios do movimento moderno foram apropriados pelo contexto da cidade, como eles propiciam a sua requalificação e ressaltando a adaptabilidade e versatilidade da forma urbana.

## ESTUDO DE CASO

Analisando o cenário brasileiro, Bonduki aponta que o entendimento da habitação como questão social foi o ponto chave para a interferência estatal num setor que antes da década de 30 era regulado como bem comercial do mercado privado e a única exigência era a ordem sanitária<sup>22</sup>.

Dentro deste contexto da habitação como serviço público, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), constituiu o mais importante órgão de produção habitacional no país. Buscou aplicar os princípios baseados pelo CIAM, e compatibilizar qualidade, adequação urbana e economia<sup>23</sup>.

O conjunto Residencial de Várzea do Carmo (VC), realizado pelo IAPI em 1938, na cidade de São Paulo, é considerado por Bonduki como um dos mais vanguardistas da época por propor a criação de uma centralidade urbana, partindo da habitação operária<sup>24</sup>. Propunha equipamentos urbanos que buscavam proporcionar sustentabilidade econômica e evitar a gentrificação, além da solução verticalizada até então inédita na habitação social no Brasil<sup>25</sup>.

O projeto do conjunto VC teve como arquiteto principal Atílio Correia Lima<sup>26</sup>. Está localizado no bairro Cambuci, no centro da cidade.

O plano original propunha a construção de reservatório de água, creche, escola, restaurante, clube, entre outros equipamentos. Inserido em um parque, a sua proposta evidenciava também a criação de um ponto de referência para o conjunto, uma praça que servia como marco para a entrada, rompendo com a sua padronização.

---

<sup>22</sup> BONDUKI, 1998.

<sup>23</sup> BONDUKI & KOURY, 2010: 164.v.1.

<sup>24</sup> BONDUKI, 2010: 47.v.3.

<sup>25</sup> BONDUKI & MOTA, 2010.

<sup>26</sup> Primeiro profissional brasileiro com formação específica em urbanismo, estagiou com o urbanista francês Alfred Agache, participou da elaboração do Plano Diretor do Rio de Janeiro e do Congresso Internacional de Urbanismo em 1929.

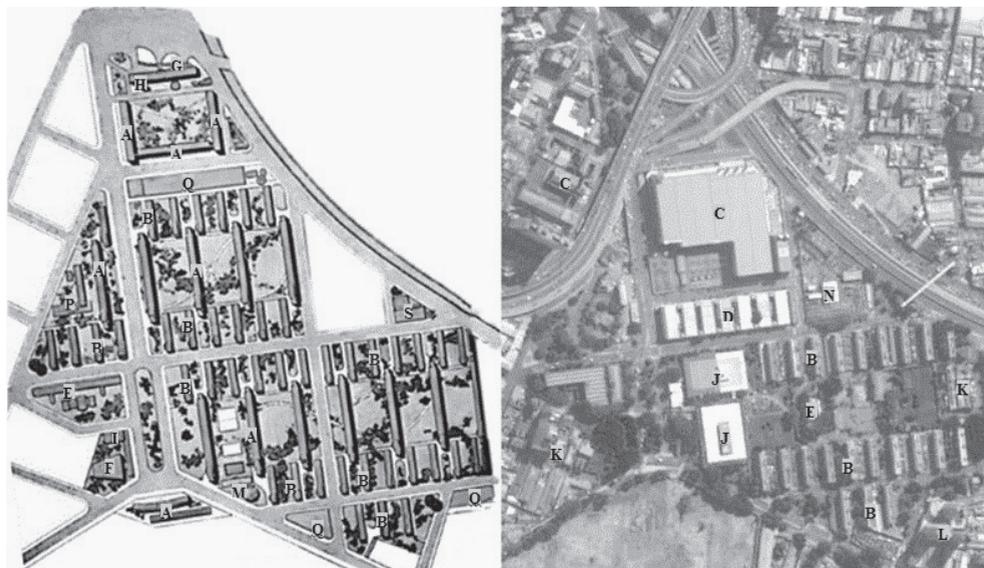


Fig. 1. Projeto original e foto aérea.

Legenda: A – bloco 12 pavimentos; B – bloco 4 pavimentos; C – igreja; D – posto de saúde; E – escola; F – cinema; G – estação rodoviária; H – hotel; I – escritórios, consultórios, etc; J – INSS; K – habitação unifamiliar e comércio; L – condomínio residencial; M – clube; N – subestação elétrica; O – reservatório de água; P – puericultura; creche; Q – comércio; R – restaurante popular.

Fonte: BONDUKI & MOTA, 2010; maps.google.com, modificados pela autora.

O projeto previa 4.038 unidades habitacionais, dentro de uma área de 185 mil m<sup>2</sup>, inseridas em 43 blocos de quatro pavimentos sem pilotis e 16 edifícios laminares com 11 pavimentos sobre pilotis. Buscava uma alta densidade – 1.250 hab./ha – e baixa taxa de ocupação – 18%<sup>27</sup>.

Contudo, foram construídas somente 602 unidades habitacionais, numa área de 43 mil m<sup>2</sup>. Com 22 blocos de quatro pavimentos sem pilotis, o resultado foi uma densidade de 843 hab./ha e uma taxa de ocupação de 23%<sup>28</sup>. Os blocos laminares foram orientados longitudinalmente para o norte, permitindo boa iluminação aos apartamentos durante todo o dia, além da ventilação garantida pelo espaçamento entre os edifícios e pelos apartamentos vazados.

O plano demonstrava clara intenção de se criar dois polos de concentração urbana, um local e um voltado para a cidade, evidenciada pelos equipamentos urbanos propostos e pela previsão de articulação com o sistema de transporte coletivo, através da criação de uma rodoviária. A sua proximidade do centro e dos

<sup>27</sup> *Op. Cit.*

<sup>28</sup> BECKER, 2010.

locais de emprego à época, a proposta de uso misto e a mistura de classes sociais seriam responsáveis pela sustentabilidade econômica do bairro<sup>29</sup>.

Com a morte do arquiteto Atílio Lima, a viabilidade econômica do empreendimento foi questionada e apenas 17% do projeto foi concluído, deixando a gleba subutilizada e grandes espaços residuais<sup>30</sup>.



Fig. 2. Respectivamente, imagem aérea do conjunto VC evidencia sua área verde um contraste com seu entorno, espaço entre os prédios cercado que virou estacionamento após a sua venda e foto que mostra como os espaços foram isolados.

Fonte: KAMPUS, 2013; SILVA, 2007; MARQUES, 2014.

O projeto que previa a quebra da malha urbana existente por meio da criação de superquadras teve seu arruamento modificado, porém, ainda assim, a sua estrutura se destaca do entorno, com as duas superquadras, seus edifícios laminares e sua expressiva área verde.

Devido, sobretudo à violência de um centro urbano como o de São Paulo, a zona acabou subdividida e gradeada e, ao contrário do que fora planejado, o privado prevaleceu sobre o coletivo. As áreas verdes entre os blocos viraram estacionamento, uma vez que não havia a sua previsão e, apesar de o conjunto estar inserido na zona central da cidade e ser bem atendido por ônibus, não existe oferta diversificada de transporte.

Essa privatização do solo também resultou no abandono dos equipamentos públicos, como as quadras esportivas, os parques infantis e os espaços verdes. Embora concebidos para serem contínuos e livres, tornaram-se restritos, inseguros e degradados, além de sofrerem com a falta de manutenção, antes encargo do IAPI.

<sup>29</sup> MENEGHELLO, 2009: 19.

<sup>30</sup> BONDUKI & MOTA, 2010.



Fig. 3. O projeto em 1938, o conjunto construído em 1950 e o conjunto no ano de 2007. A transformação do espaço público em privado.

Fonte: MENEGHELLO, 2009.

Os espaços verdes, que seriam delimitados por suas fachadas, mas ao mesmo tempo permeáveis pelos pilotis, ficaram abandonados e o próprio pilotis, concebido como um local de estar, convívio e lazer, também se perdeu.

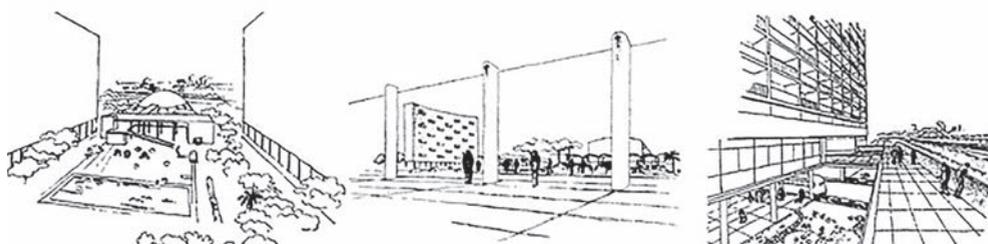


Fig. 4. Croquis do projeto ilustram a intenção de criação de um espaço público de convívio com qualidade.

Fonte: BONDUKI & MOTA, 2010.

A unidade de vizinhança não foi estabelecida conforme o projeto e também com isso a centralidade urbana não foi criada. Todavia, o bairro é atendido atualmente por escola primária, posto de saúde, lar de idosos, igreja, comércio local e guarda proximidade a grandes hospitais, faculdades, edifícios de escritório e parques, o que confere uma boa dinâmica ao conjunto.

Apesar da não conclusão e descaracterização do conjunto residencial, é possível reconhecer um espírito do lugar presente a partir de relatos de moradores<sup>31</sup> que lembram com saudosismo dos parques e espaços verdes, aonde aconteciam festas

<sup>31</sup> Vídeo produzido pelos alunos de Urbanismo da Escola da Cidade, São Paulo.

juninas, e do campo de futebol, onde a vizinhança organizava torneios. Verifica-se, ainda, a existência de sentido de vizinhança na comunidade.

De acordo com o projeto original, é possível perceber claramente que existia sustentabilidade nas intenções dos arquitetos e também que a resiliência era uma propriedade da morfologia urbana proposta, uma vez que se buscou a autossuficiência do bairro.

Entretanto a implantação incompleta do conjunto, o abandono da área pelos órgãos responsáveis, a ausência de manutenção dos mobiliários urbanos e também a ineficiência das políticas públicas com relação à segurança e mobilidade urbana impossibilitaram o seu funcionamento tal como proposto.

Consideramos que o conjunto pode ser avaliado como uma forma urbana resiliente, pois, apesar de se encontrar em momento de crise, em que algumas de suas “funções” não estão funcionando, nunca perdeu sua função principal, que é a de habitar. E ainda mais importante, mantém o espírito do lugar e o sentimento de pertencimento de seus habitantes. Devido à adaptabilidade de seu espaço, multifuncional, e os princípios modernos presentes, o conjunto possui a capacidade de absorver essas perturbações, através da sua requalificação e reuso, conservando o patrimônio moderno.

Entendemos que os princípios analisados são pontos-base para o desenvolvimento da comunidade resiliente e que, mesmo que o espaço estudado tenha sido modificado, alguns de seus elementos morfológicos básicos ainda estão presentes e passíveis de serem requalificados. A configuração das superquadras, os edifícios laminares e os espaços verdes restantes ainda se destacam no seu contexto. A unidade de vizinhança existe através dos equipamentos urbanos oferecidos, porém, seu caráter sociológico precisa ser reestabelecido, o que pode ser auxiliado com a desprivatização do solo.

A existência de um espírito do lugar, representado pelo sentimento de comunidade e também pela configuração do espaço no local, representa o ponto inicial para o desenvolvimento de uma comunidade resiliente, através da criação de um centro de bairro – associação de moradores -, o qual representaria a comunidade buscando o desenvolvimento da resiliência de baixo para cima, assim como propõe o ICLEI.

É claro que a construção de comunidades resilientes carece de políticas públicas que a apoiem, como por exemplo, o investimento em diferentes modais de transporte, tornando o carro uma ferramenta supérflua, e a resolução do problema da segurança pública, que representa no Brasil um dos principais impecílios para a apropriação do espaço público residencial pelos seus habitantes.

## CONCLUSÃO

O provável contributo deste artigo é evidenciar a morfologia urbana dos conjuntos habitacionais como espaços multifuncionais que possibilitam a sua adaptação às necessidades sustentáveis atuais sem grandes alterações de sua estrutura básica, salvaguardando o patrimônio moderno e se afirmando como resiliente, além de ressaltar que essa requalificação só é possível a partir da existência de um espírito do lugar, que gera o sentimento de pertencimento entre a vizinhança.

Outro contributo importante foi o de identificar e relacionar princípios modernos – a apropriação coletiva do solo, a unidade de vizinhança, a alta densidade e baixa taxa de ocupação do solo e a implantação dos edifícios visando a melhor insolação – como alguns pontos-base para o desenvolvimento da cidade resiliente.

Com o estudo do Conjunto Várzea do Carmo também foi possível ratificar a afirmação do ICLEI de que é preciso qualidade e desempenho do sistema urbano como um todo para a construção de cidades resilientes. É necessária uma sintonia entre as políticas públicas e a morfologia urbana para que a cidade desenvolva sua autossuficiência.

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Lara.; ANDRADE, Liza (2014) – *De Vauban para o mundo: trazendo a resiliência urbana do contexto local para o nível planetário*. Pluris – (re)inventar a cidade em tempos de mudança. Portugal: Lisboa.
- BECKER, Graziela (2010) – *Espaços de uso coletivo na habitação social brasileira: O caso do IAPI Várzea do Carmo, IAPI Passo d'Areia e IAPI Japurá*. Brasil: Porto Alegre, p. 298-303.
- BONDUKI, Nabil (1988) – *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação da Liberdade.
- BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana (2010) – *Os Pioneiros da Habitação Social*. São Paulo: Unesp, v. 1 e 2.
- BONDUKI, Nabil; MOTA, Juliana (2010) – *Várzea do Carmo: o racionalismo radical de Atílio Corrêa Lima*. In BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana, coord. – *Os pioneiros da Habitação Social*. São Paulo: Unesp, v. 3, p. 46-65.
- CARVALHO, Ricardo (2013) – *Habitat, habitação colectiva e forma urbana, construir o bairro em Portugal, da cidade-campo à cidade-periférica, 1930-1970*. Lisboa: IST. Tese de Doutoramento.
- COELHO, Carla (2007) – *Preservação de edifícios residenciais modernos no Rio de Janeiro*. 7º Seminário do Docomomo Brasil, Porto Alegre.
- CORBUSIER, Le (1993) [1941] – *A Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec, Edusp.
- FERRARI, Camila; NEGRELOS, Eulália (2013) – *Resiliência de tipologias habitacionais e urbanas do alojamento popular no Brasil*. Anais do XV. Brasil: Recife

- GEHL, Jan (2009) – *La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios*. 1ªed. Barcelona: Editorial Reverté.
- GOITIA, Chueca (1996) – *Breve História do Urbanismo*. 4ª. ed. Lisboa: Editorial Presença.
- ICLEI (2011) – *Financing the Resilient City: A demand driven approach to development, disaster risk reduction and climate adaptation – An ICLEI White Paper, ICLEI Global Report*. Bonn, Alemanha.
- IPCC (2007) – *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- JONG, Martin *et al.* (2015) – *Sustainable e smart e resilient e low carbon e eco e knowledge cities; making sense of a multitude of concepts promoting sustainable urbanization*. «Journal of Cleaner Production», v. 109, p. 25-38.
- KAMPUS, Ize (2013) – *Panoramio*. Disponível em <<http://www.panoramio.com/photo/87490142?source=wapi&referrer=kh.google.com>>. [Consulta realizada em 15/03/2016].
- LAMAS, José (1992) – *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LINO, Marcela *et al.* (2012) – *Conjunto Habitacional Várzea do Carmo*. São Paulo: Escola da Cidade. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=4FKvE\\_ZQQaw](https://www.youtube.com/watch?v=4FKvE_ZQQaw)>. [Consulta realizada em 25/03/2016].
- MAPS.GOOGLE.COM. Disponível em <<https://www.google.pt/maps/@-23.5575626,-46.6253226,729m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>>. [Consulta realizada em 17/03/2016].
- MARAT-MENDES, Teresa (2002) – *The sustainable urban form. A comparative study in Lisbon, Edinburgh and Barcelona*. Reino Unido: Universidade de Nottingham, Tese de Doutorado.
- (2015) – *Adaptabilidade, continuidade, flexibilidade e resiliência. Algumas considerações sobre as propriedades das formas urbanas*. «Revista de Morfologia Urbana», Porto, Portugal, v. 3, n. 2, p. 132-134.
- MARQUES, D. (2014) – *Decrescimento.tumblr.com: work in progress*. Disponível em <<http://decrecimento.tumblr.com/daniel-marques>>. [Consulta realizada em 15/03/2016].
- MEDRANO, Leandro (2015) – *Habitação coletiva, verticalidade e cidade. Modernidade sem estilo*. «Arquitetura Revista», v. 1, n. 2.
- MENEGHELLO, Isabel (2009) – *Conjunto habitacional da Várzea do Carmo: do projeto ideal ao conjunto real*. 8º Seminário Docomomo Brasil, Rio de Janeiro.
- MOREIRA, Fernando; NASLAVSKY, Ghilah (2007) – *Conservação e requalificação de grandes conjuntos habitacionais modernistas: Reflexões sobre a experiência escandinava recente*. 7º Seminário Docomomo Brasil, Porto Alegre.
- OLIVEIRA, Cristina (2014) – *Debaixo do bloco: o pilotis e o seu significado em Brasília*. Brasília: UnB. Dissertação de Mestrado.
- SILVA, Eudo (2007) – *Flickr*. Disponível em <<https://www.flickr.com/photos/eudodantas/4701779366/in/photostream/>>. [Consulta realizada em 15/03/2016].